

O PAPEL EXPLICATIVO DAS FORÇAS DE PRODUÇÃO NO INTERIOR DA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA

Lutiero Cardoso Esswein¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

 <https://orcid.org/0009-0008-0045-7664>

E-mail: Lutieroess@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo aborda a persistente questão sobre o papel das forças produtivas na explicação da dinâmica da história no interior da concepção materialista da história. De acordo com as interpretações da supracitada concepção teórica que passaram a ser caracterizadas como tecnológico-deterministas, o fundamento explicativo essencial do processo histórico consistiria no desenvolvimento das forças produtivas. Os principais propósitos do presente artigo consistem em evidenciar a incompatibilidade dessas interpretações com a teoria elaborada por Marx e demonstrar de que modo é possível preservar a importância explicativa das forças de produção no interior da concepção materialista da história sem desconsiderar outras determinações relevantes para a dinâmica da história.

PALAVRAS-CHAVE: Forças de Produção; Relações de Produção; Concepção Materialista da História.

THE EXPLANATORY ROLE OF THE FORCES OF PRODUCTION WITHIN THE MATERIALIST CONCEPTION OF HISTORY

ABSTRACT:

This article addresses the persistent question about the role of productive forces in explaining the dynamics of history within the materialist conception of history. According to the interpretations of the aforementioned theoretical conception that came to be characterized as technological-deterministic, the essential explanatory foundation of the historical process would consist in the development of productive forces. The main purposes of this article are to highlight the incompatibility of these interpretations with the theory elaborated by Marx and to demonstrate how it is possible to preserve the explanatory importance of the forces of production within the materialist conception of history without disregarding other relevant determinations for the dynamics of history.

KEYWORDS: Forces of Production; Relations of Production; Materialist Conception of History.

¹ Doutor(a) em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS, Brasil. Pós-doutorando(a) em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre – RS, Brasil.

Introdução

O presente texto abordará uma questão que permeia os debates em torno da concepção materialista da história desde o final do século XIX, a saber: qual é o papel explicativo que a teoria de Marx atribui ao desenvolvimento das forças produtivas na compreensão da dinâmica do processo histórico? Observar-se, desde já, que no interior do campo conceitual elaborado pelo filósofo alemão, o desenvolvimento das forças produtivas ou, o que é o mesmo, das forças de produção, expressa o desenvolvimento da produtividade do trabalho nas mais diversas esferas da divisão social do trabalho (Marx, 2017a, p.123).

Conforme se buscará apresentar na primeira seção, a interpretação da concepção materialista da história que se tornou a predominante, já no início do século XX, é a de que o desenvolvimento das forças de produção seria, para Marx, o fundamento explicativo do curso da história humana. Essa abordagem passou a ser identificada como uma interpretação ‘tecnológico-determinista’, termo que, doravante, será empregado no presente texto para designá-la.

Os principais objetivos do presente artigo consistem em evidenciar a inconsistência das interpretações tecnológico-deterministas da concepção materialista da história com esta última e demonstrar de que maneira é possível atribuir um papel explicativo às forças de produção para o processo histórico, no interior da abordagem de Marx, sem que elas se constituam na única determinação fundamental da dinâmica da história humana, possibilitando, assim, que outras determinações também exerçam um papel explicativo importante, como a luta entre classes.

O conteúdo do presente texto se dividirá em três partes principais. Na primeira, será apresentada uma caracterização da interpretação tecnológico-determinista da concepção histórica de Marx; a abordagem proposta por Cohen no livro *A Teoria da História de Karl Marx – Uma Defesa*, publicado pela primeira vez em 1978, será tomada como uma referência dessa caracterização, uma vez que ela que se tornou um modelo paradigmático dessa corrente interpretativa. Na segunda, será demonstrado, com base, sobretudo, em textos do próprio Marx, que a concepção materialista da história não condiz com o modelo tecnológico-determinista. Na terceira parte, pretende-se defender, a partir de abordagem estabelecida por Levine (1984), que, para a teoria de Marx, o papel explicativo do desenvolvimento das forças produtivas para o curso da história humana consiste em delimitar o conjunto de relações de produção possíveis em um contexto histórico específico, sem, com isso, excluir a importância exercida por outras determinações da existência social. Ao final do texto serão feitas algumas considerações gerais acerca do conteúdo anteriormente apresentado.

A primazia explicativa das forças de produção

O entendimento de que a concepção materialista da história concederia uma primazia explicativa, senão o único papel explicativo essencial, ao desenvolvimento das forças de produção passou a se tornar mais proeminente a partir do início do século XX, por meio de alguns teóricos da Segunda Internacional (Llobera, 1979, p.250). Sob o governo de Stálin, na União Soviética, essa abordagem foi promovida ao status de um dogma férreo da tradição marxista (Llobera, 1979, p.256).

Conforme a versão da concepção materialista da história que vigorou na época do regime de Stalin, o processo histórico consistiria em uma evolução linear e etapista, em que as distintas formas históricas da reprodução social se sucederiam em conformidade ao desenvolvimento das forças produtivas. A predominância desse entendimento da teoria de Marx no contexto da União Soviética não é casual, pois ele se constituiu em uma fundamentação da crença na vitória inevitável do socialismo sobre o capitalismo.

É inequívoco que alguns trechos da obra de Marx podem conduzir a uma leitura *tecnologicista e monocausal* da concepção materialista da história, como, por exemplo, a seguinte passagem da *Miséria da Filosofia*:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial (Marx, 1985, p.106).

Importa frisar que o trecho supracitado foi escrito no ano de 1847, ou seja, trata-se de um período em que Marx, com grande contribuição de Engels, estava ainda dando os primeiros passos em torno da elaboração da concepção materialista da história. Desta maneira, parece razoável conceder que as afirmações contidas nesse trecho e que parecem exprimir uma visão tecnológico-determinista do processo histórico estariam vinculadas a uma versão da teoria de Marx que, posteriormente, seria muito aprimorada. Mas o mesmo não pode ser dito da famosa passagem do Prefácio ao *Contribuição à Crítica da Economia Política* – doravante no presente texto denominado apenas por *Prefácio* –, escrito entre final de 1858 e início de 1859, em que Marx afirma que:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção *correspondem* [entsprechen] a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (Marx, 2008, p.47, grifo nosso).

E, mais à frente, no mesmo parágrafo, o autor sustenta que:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em *contradição* [Widerspruch] com as relações de produção existentes [...]. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social (Marx, 2008, p.47, grifo nosso).

Este célebre trecho² tornou-se uma das principais referências textuais para os defensores, quer sejam marxistas ou não, de que a concepção materialista da história atribui uma primazia explicativa às forças produtivas.

Dentre esses intérpretes, será destacado o marxista analítico³ inglês Gerald Cohen, em razão de que sua obra *A Teoria da História de Karl Marx: uma Defesa*, publicada em 1978, tornou-se, nas últimas décadas, uma das principais referências das interpretações tecnológico-deterministas da teoria de Marx. Observa-se de início que, embora Cohen recorra principalmente ao parágrafo supracitado do *Prefácio* para embasar sua interpretação, existem outras referências textuais de Marx presentes em seu argumento (Cohen, 2013, p.182-189).

O intérprete inglês é bastante enfático quanto ao fato de que sua interpretação da concepção materialista da história confere à última uma prioridade explicativa ao desenvolvimento das forças produtivas:

² Importar observar que, no *Prefácio*, Marx aborda outros temas relevantes para a concepção materialista da história e que engendram muitas outras questões em torno do embate dessa teoria. Tendo em vista o tema proposto pelo presente artigo, limitamo-nos apenas à questão da conexão entre as relações de produção e as forças produtivas.

³ O marxismo analítico foi uma corrente de autores que procuraram discutir e reinterpretar a teoria de Marx com base em alguns princípios teóricos comuns, destacando-se o individualismo metodológico. Dentre seus principais participantes, destacam-se: John Roemer, Jon Elster e Gerald Cohen, cuja interpretação da concepção materialista da história será trata na presente seção. Outro grande autor que fez parte dos debates entre os integrantes do materialismo analítico foi Erik Olin Wright; contudo, este último não partilhava de muitos dos pressupostos comuns dos marxistas analíticos.

O que eu defendo, pois, é um materialismo histórico à moda antiga, uma concepção tradicional, segundo a qual *a história é, fundamentalmente, o pleno desenvolvimento da capacidade produtiva humana*, e as formas de sociedade surgem e desaparecem na medida em que possibilitam ou impedem esse desenvolvimento (Cohen, 2013, p.17, grifo nosso).

Cohen interpreta que a afirmação de Marx, contida no parágrafo citado do *Prefácio*, de que as relações de produção *correspondem* às forças de produção expressa uma tendência de adequação das primeiras às segundas (Cohen, 2013, p.176). Essa adequação implica que as relações de produção têm a tendência de serem configurada de maneira a possibilitar um uso eficiente das forças produtivas estabelecidas, bem como o contínuo desenvolvimento das últimas (Cohen, 2013, p.200). Deste modo, a prevalência de um conjunto específico de relações de produção em uma época histórica determinada é explicada pelo fato de que esse conjunto proporciona um uso eficiente das forças de produção, bem como o progresso contínuo das mesmas (Cohen, 2013, p.200); em contrapartida, quando, em razão desse progresso, as relações de produção até então vigentes tornam-se inadequadas, elas são, então, substituídas por outras que proporcionam um uso mais eficiente das forças de produção bem como seu desenvolvimento ulterior.

Cohen descreve sua própria interpretação da concepção materialista da história como sendo de natureza funcionalista (Cohen, 2013, p.200): para um dado período histórico, as relações de produção são de um tipo *R* porque cumprem a função de fazer um uso eficaz das forças de produção e de promover seu desenvolvimento. Se, num período posterior, as relações de produção do tipo *R* são substituídas por relações do tipo *S*, isso se deve ao fato de que as primeiras se tornaram um entrave para o progresso das forças produtivas, enquanto que as segundas possibilitam, não apenas o seu emprego eficiente, mas também a continuidade de seu progresso. Deste modo, “as forças produtivas determinam o caráter das relações de produção” (Cohen, 2013, p.203).

Importa destacar que Cohen não apenas se propõe a sustentar uma interpretação da concepção materialista da história que atribui primazia explicativa às forças de produção, mas também a defender a veracidade dessa sua versão em relação ao processo histórico real – como indica o subtítulo de seu livro. Nesse sentido, o autor constrói uma justificativa para embasar a tese de que os diferentes tipos de relações de produção vão se sucedendo ao longo da história em função de sua adequação aos níveis alcançados das forças de produção (Cohen, 2013, p.189-200). Conforme o marxista inglês, uma vez que os seres humanos encontram-se sempre em um contexto de escassez material, e dado que eles são dotados de racionalidade, conclui-se que eles são levados a fazer escolhas que possibilitam reduzir essa sua escassez. Assim sendo, os seres humanos estarão sempre inclinados a optar pelas formas de sociabilidade econômica que mais eficazmente contribuem para a mitigação de sua carência material. Importa destacar que, ao empregar essa abordagem de cunho trans-histórico, Cohen evita fornecer explicações que estejam vinculadas às particularidades de cada contexto histórico.

Uma questão central não pode deixar de advir da interpretação elaborada por Cohen: em que momento, nessa interpretação, se situa a luta de classes, um processo social para o qual, como é comumente sabido, Marx atribui um papel explicativo de grande relevância? O marxista analítico não ignora esse papel atribuído aos conflitos de classes, mas confere a ele uma função explicativa secundária: “é certo que para Marx a explicação imediata das principais transformações sociais muitas vezes é encontrada na batalha entre as classes. No entanto, essa não é a explicação fundamental da mudança social” (Cohen, 2013, p.188).

Para o marxista inglês, se uma determinada classe econômica é alçada ao patamar de classe dominante, é porque as relações de produção que correspondem a essa sua posição de dominação são as que melhor possibilitam reduzir a escassez material humana. Se uma classe, ou conjunto de classes, consegue promover uma revolução, é porque as relações de produção que postulam são mais ótimas e possibilitam um maior desenvolvimento das forças produtivas do que as relações

até então vigentes. (Cohen, 2013, p.188-189). Ou seja, no interior dessa abordagem proposta por Cohen, a luta entre classes é convertida em um epifenômeno do processo de adequação das relações de produção às forças produtivas.

Nessa conexão entre uma pretensa adequação contínua das relações de produção às forças produtivas com a luta entre classes reside a principal fragilidade do argumento de Cohen, pois não se mostra evidenciado por qual razão a luta entre classes deve, de *forma necessária*, conduzir à instauração das relações de produção mais adequadas ao uso eficiente e desenvolvimento das forças produtivas. Essa falha na argumentação do marxista analítico se deve a que a luta entre classes é sempre a luta entre classes no interior de um contexto histórico específico, e, portanto, as determinações desse conflito sempre assumem uma configuração histórica, impossibilitando, assim, sua compreensão a partir de uma abordagem universalista das escolhas e ações dos seres humanos. Em outras palavras: uma concepção teórica que se assenta em uma compreensão trans-histórica da ação humana não é capaz de fornecer explicações de processos sociais cuja compreensão requer uma investigação das particularidades do contexto no interior do qual esses processos se concretizaram.

Contudo, essa mesma questão já se coloca em relação às explicações de Cohen para o desenvolvimento das forças de produção: uma vez que o processo de produção e reprodução material sempre se concretiza por meio de relações de produção historicamente determinadas, seria possível estabelecer uma explicação para aquele desenvolvimento que seja válida para todas as épocas históricas? Essa problemática será retornada na seção subsequente.

Os problemas relacionados à primazia explicativa das forças de produção

Na presente seção, tentar-se-á demonstrar que a concepção do processo histórico de Marx, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas, é absolutamente incompatível com uma perspectiva tecnológico-determinista. O argumento que será mobilizado pode ser decomposto em duas partes: na primeira, será defendido que a teoria do filósofo alemão é incongruente com qualquer modelo interpretativo que atribua a ela explicações de caráter trans-histórico e, por conseguinte, a concepção materialista da história se mostra também incompatível com as interpretações tecnológico-deterministas; na segunda parte se procurará demonstrar a incongruência específica das interpretações tecnológico-deterministas da concepção materialista da história com esta última, mesmo no que se refere às explicações do filósofo alemão acerca dos mecanismos próprios da forma capitalista que engendram um desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas.

Na seção precedente do presente texto, sustentou-se que há trechos da obra de Marx que, quando considerados isoladamente, podem conduzir a uma interpretação tecnológico-determinista. Mas, por outro lado, também há trechos do autor que impossibilitam essa interpretação. Em uma carta⁴ redigida em novembro de 1877 e enviada à redação da revista *Otechestvenye Zapiski*, Marx endereça uma crítica à interpretação formulada por Nicolai Constantinovitch Michailovski, sociólogo russo, sobre o processo de acumulação primitiva apresentado no capítulo 24 do Livro I de *O Capital*. Nesse capítulo, Marx descreve uma sequência de eventos que transcorrem no interior da Inglaterra, no período que antecedeu à primeira revolução industrial, e que conduziram ao surgimento e gradual predominância das relações de produção capitalistas⁵.

⁴ A tradução da referida carta encontra-se no livro *Lutas de Classes na Rússia*, publicado pela Editora Boitempo. Tradução de Nélio Schneider.

⁵ Não se pretende apresentar em detalhes no que consistiu, segundo Marx, o processo de acumulação primitiva de capital, uma vez que isso foge ao escopo do tema relativo ao presente texto. Importar, contudo, observar que, no que se refere à explicação do surgimento das relações de produção capitalistas, o que há de mais essencial nesse processo é a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção.

Michailovski interpretou que o filósofo alemão estaria descrevendo um processo que necessariamente teria de ocorrer no interior de todas as sociedades. Como resposta a essa interpretação, Marx afirma, em tom crítico, que “Ele [Michailovski] [...] tem necessidade de metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma *teoria histórico-filosófica* do curso geral fatalmente imposto a todos os povos” (Marx, 2013, p.68), sem levar em consideração as “circunstâncias históricas nas quais eles [todos os povos] se encontram” (Marx, 2013, p.68). Essas afirmações do filósofo alemão apontam para uma contraposição entre sua abordagem do processo histórico e as perspectivas que atribuem leis universais à dinâmica da história.

Como aponta Ellen Wood (1995, p.138), a característica diferencial do método de Marx em comparação com a economia política clássica consiste precisamente na investigação das características específicas, historicamente determinadas, das diversas formas da reprodução social que existem ou existiram, e não na atribuição de leis históricas gerais, válidas para todos os contextos históricos. Deste modo, a caracterização da concepção materialista da história como uma teoria que busca esclarecer a dinâmica do processo histórico a partir de uma lógica universal conduz ao despojamento de seu aspecto mais fundamental e, por conseguinte, à sua deformação completa.

Além disso, Marx se contrapõe à noção de que a agência humana derive de motivações trans-históricas, o que dificulta a viabilidade de interpretações da concepção materialista da história que atribuem leis universais a esta última. Como não poderia deixar de ser, o filósofo alemão não desconsidera que os membros de toda e qualquer sociedade possuam interesses privados e que mobilizem estratégias de ação para atingi-los; contudo, tanto aqueles interesses quanto os meios para realizá-los são sempre determinados pelo contexto material e social no interior do qual os seres humanos vivem:

A moral da história reside [...] no fato de que o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado, e que só pode ser alcançado dentro das condições postas pela sociedade e com os meios por ela proporcionados; logo, está vinculado à reprodução de tais condições e meios. É o interesse das pessoas privadas; mas seu conteúdo, assim como a forma e os meios de sua efetivação, está dado por condições sociais independentes de todos (Marx, 2011, p.105).

Até o momento presente desta seção, foram apresentadas razões para se colocar em dúvida qualquer interpretação da concepção materialista da história que atribua a esta última explicações de cunho universalista e, por conseguinte, também as interpretações tecnológico-deterministas da teoria de Marx. Mas há também razões para que as interpretações tecnológico-deterministas sejam desacreditadas em razão de seu conteúdo específico.

As abordagens tecnológico-deterministas da teoria de Marx supõem que os seres humanos terão sempre uma conduta direcionada ao desenvolvimento da produtividade do trabalho, independentemente do contexto histórico em que eles se constituíram, como na versão de Cohen apresentada na seção precedente. Contudo, Marx é bastante claro quanto à inexistência de uma hipotética orientação *universalista* da agência humana em direção ao desenvolvimento da produtividade do trabalho.

Em uma passagem na famosa seção dos *Grundrisse* em que as formas da reprodução social que antecederam à forma capitalista são investigadas, Marx não caracteriza o comportamento dos seres humanos inscritos nas primeiras segundo uma perspectiva tecnológica-desenvolvimentista, muito pelo contrário: “Nunca encontramos entre os antigos uma investigação sobre qual forma de propriedade da terra é a mais produtiva, qual cria a maior riqueza” (Marx, 2011, p.399); ao invés disso, “A investigação é sempre sobre qual modo da propriedade cria os melhores cidadãos” (Marx, 2011, p.399). Deste modo, “a antiga visão, em que

o ser humano aparece sempre como a finalidade da produção” (Marx, 2011, p.399) opõe-se à perspectiva do mundo moderno, em que “a produção aparece como finalidade do ser humano e a riqueza, como finalidade da produção” (Marx, 2011, p.399). Dito isso, pode parecer que as interpretações tecnológico-deterministas de Marx confundem as características que o autor atribui apenas à forma capitalista com atributos que supostamente seriam comuns a todas as formas históricas da reprodução social. O filósofo alemão, de fato, confere à dinâmica da forma capitalista uma progressão contínua das forças produtivas, chegando até mesmo a afirmar que no interior das relações de produção capitalistas haveria um “desenvolvimento implacável, em *progressão geométrica* da produtividade do trabalho humano” (Marx, 2017b, p.301, grifo nosso). Contudo, mesmo no que se refere a essa especificidade das relações de produção capitalistas, as interpretações tecnológico-deterministas dos textos de Marx esbarram em um problema.

O desenvolvimento da produtividade do trabalho no interior da forma histórica do capital se concretiza por meio da busca dos próprios capitalistas pela racionalização do processo de produção. Mas aquilo que estimula os capitalistas a promoverem essa racionalização não se relaciona com nenhuma motivação trans-histórica e tampouco se vincula à diminuição da escassez material ou ampliação do bem-estar da classe trabalhadora. Para uma melhor compreensão do que leva os capitalistas a empregarem métodos produtivos mais eficazes, faz-se necessário, primeiro, tomar em consideração algumas determinações relativas à teoria do valor de Marx.

Os produtos do trabalho, no interior de um processo de produção capitalista, não possuem apenas um valor de uso (Marx, 2017a, p.113), uma utilidade socialmente reconhecida, mas também um valor de determinada grandeza (Marx, 2017a, p.116), o qual assume uma expressão no dinheiro em sua função de equivalente universal (Marx, 2017a, p.145); como unidade de ambas as determinações, os produtos do trabalho assumem a configuração social e histórica de mercadoria (Marx, 2017a, p.119). A determinação de valor que se vincula ao produto do trabalho, uma vez que este último se inscreve na forma capitalista da reprodução social, se decompõe em duas partes: a primeira, que Marx denomina de valor antigo (Marx, 2017a, p.278), corresponde ao valor objetivado nos meios de produção e que é transferido aos produtos do trabalho na proporção do consumo produtivo dos meios e objetos de trabalho; a segunda, que Marx denomina de valor novo (Marx, 2017a, p.277), corresponde ao valor criado pelos trabalhadores ao longo do processo de trabalho. A grandeza desse valor novo é proporcional à quantidade de tempo de trabalho que é socialmente requerido na produção da quantidade do tipo de artigos que os trabalhadores produziram (Marx, 2017a, p.117).

Esse valor novo, por sua vez, também se divide em duas partes: a primeira corresponde ao valor da força de trabalho, e, deste modo, é de grandeza idêntica à grandeza do valor, em sua configuração monetária, desembolsado pelo capitalista para comprar a própria força de trabalho (Marx, 2017a, p.269-270); a segunda parte consiste em um valor que excede qualquer gasto do capitalista com os elementos do processo de produção, e, sendo assim, consiste em um valor excedente, designado por Marx como mais-valor (Marx, 2017a, p.286), cuja grandeza se representa, após a venda das mercadorias, no lucro em sua configuração monetária. Quando o capitalista despende capital, sob a configuração de capital monetário, para comprar os meios de produção, ou seja, capital constante (Marx, 2017a, p.286), e para comprar a força de trabalho de n trabalhadores, ou seja, o capital variável (Marx, 2017a, p.286), o que ele tem em mente não é o valor de uso das mercadorias produzidas, mas sim a obtenção da maior quantidade possível de mais-valor (Marx, 2017a, p.263).

Os diversos ramos de produção são constituídos de capitais individuais que concorrem entre si. Capitais que operam dentro do mesmo setor podem apresentar variados níveis de produtividade do trabalho. Quando este for o caso, apenas nas unidades produtivas em que os métodos de produção proporcionam uma produtividade em conformidade com a média do respectivo setor é que a grandeza de valor produzida pelo processo de trabalho será proporcional

à quantidade de tempo de trabalho despendida pelos trabalhadores mobilizados pelo capital (Marx, 2017a, p.392-393). Nos processos de trabalho comandados por capitalistas que empregam métodos de produção que proporcionam uma produtividade superior à média de seu respectivo setor, a quantidade de valor produzida será maior do que a quantidade de tempo de trabalho efetivamente despendida.

Disso resultam duas vantagens para os capitalistas pioneiros – ou seja, os capitalistas que primeiro empregaram métodos de produção mais eficientes: eles podem vender suas mercadorias por um preço inferior ao das mercadorias de seus concorrentes, com o que podem levar os últimos à falência, e, simultaneamente, obter um lucro superior àquele que obtinham antes do emprego dos métodos de produção mais eficientes: é o que Marx denomina de mais-valor extraordinário (Marx, 2017b, p.233).

Os capitalistas que concorrem com o capitalista pioneiro terão também que empregar métodos mais produtivos do que os utilizados até então a fim de poderem competir com o último. Se não o fizerem, terão seu capital aniquilado na concorrência fatricida (Marx, 2017a, p.393). É em função dessa competição intrasetorial entre capitais que Marx atribui à forma capitalista da reprodução social uma dinâmica imanente de desenvolvimento das forças de produção: por um lado, encontra-se sempre presente o estímulo para o emprego de métodos mais produtivos, pois o capitalista que primeiro o fizer obterá vantagens frente a seus concorrentes, além de poder apropriar-se de um mais-valor extraordinário; por outro lado, os capitalistas que empregam métodos de produção menos eficientes são forçados a aumentar a produtividade do trabalho das unidades produtivas correspondentes a seu capital se não quiserem, eles mesmos, se converterem em trabalhadores. Disto resulta um incessante movimento de *padronização da produtividade* dos capitais que concorrem em um mesmo setor, movimento este sempre na mesma direção, a saber, na direção de um aumento incessante da produtividade do trabalho (Weeks, 1981, p.48).

Sob a perspectiva apresentada por Marx, o objetivo imediato dos capitalistas ao empregarem métodos de produção mais eficientes em termos de produtividade não é, de modo algum, o de diminuir a escassez material da sociedade, ou mesmo reduzir a jornada de trabalho⁶. Muito pelo contrário: ao longo do capítulo 13 do Livro I de *O Capital*, cujo tema é o surgimento e desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria, o autor nos mostra que o emprego da maquinaria e do sistema de máquinas, no curso da primeira Revolução Industrial na Inglaterra, levou à pauperização da classe trabalhadora (Marx, 2017a, p.468), à exploração de trabalho infantil (Marx, 2017a, p.468), à ampliação da jornada de trabalho (Marx, 2017a, p.475-477) e ao aumento da intensidade do trabalho (Marx, 2017a, p.482).

Marx atribui, de fato, uma tendência imanente de desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas à forma capitalista da reprodução social. Contudo, como se procurou demonstrar na presente seção: i. essa dinâmica é intrínseca apenas à forma capitalista, não podendo, portanto, ser atribuída às formas históricas pré-capitalistas; ii. o desenvolvimento ininterrupto da produtividade do trabalho no interior da forma histórica do capital está vinculado às especificidades dessa forma, e, por conseguinte, somente é possível compreender esse desenvolvimento por meio de uma investigação daquilo que é específico das relações de produção capitalistas. As interpretações tecnológico-deterministas da concepção materialista da história são incongruentes com a teoria de Marx, primeiro, porque atribuem às formas pré-capitalistas da reprodução social uma dinâmica que é específica apenas à forma capitalista; segundo, porque a dinâmica da forma capitalista não pode ser compreendida a partir de determinações pretensamente supra-históricas, mas apenas a partir de seus mecanismos particulares e históricos.

⁶ “Na produção capitalista [...] a economia do trabalho por meio do desenvolvimento de sua força produtiva não visa em absoluto a redução da jornada de trabalho” (Marx, 2017a, p.395).

Assim como se sucede com a luta entre classes, o desenvolvimento das forças produtivas se assenta nas particularidades de cada contexto histórico, não podendo, por conseguinte, ser explicado a partir de uma abordagem trans-histórica.

Outra perspectiva sobre a concepção materialista da história

Nas seções precedentes foi defendido que as interpretações tecnológica-deterministas da concepção materialista da história são incongruentes com esta última e também com a análise que Marx faz da dinâmica da forma histórica do capital. Contudo, é inequívoco que o filósofo alemão atribui um papel explicativo importante ao desenvolvimento das forças de produção, como fica evidente no trecho, citado anteriormente, do célebre *Prefácio*. Assim sendo, de que modo é possível conciliar esse papel explicativo conferido ao desenvolvimento da produtividade do trabalho com uma interpretação distinta da tecnológico-determinista, de modo que outras determinações, como a luta entre classes, também desempenhem um papel explicativo importante? A presente seção tentará responder a essa questão.

Em primeiro lugar, é importante considerar que a ausência de um ímpeto intrínseco às formas não-capitalistas da reprodução social em desenvolver as forças produtivas não consiste em um impedimento para esse desenvolvimento. Além do mais, é inegável que a produtividade do trabalho se desenvolveu nas mais diversas sociedades, assentadas em formas de reprodução pré-capitalistas, ao longo de um período de tempo que abrange milênios.

Em *O Despertar de Tudo*, por exemplo, Graeber e Wengrow (2022, p.310) esclarecem, a partir de registros obtidos por arqueólogos, que a revolução neolítica levou 3000 anos para se concretizar no interior de sociedades que viveram no crescente fértil. A despeito de que, segundo os critérios atuais, essa extensão de tempo possa ser considerada demasiada longa para uma revolução nas técnicas de produção, é inequívoco que a transição de uma sociedade de forrageadores para uma sociedade em que a atividade econômica se assenta, sobretudo, no cultivo de plantas e na criação de animais significou um enorme avanço na produtividade do trabalho social. E isso sem que houvesse qualquer imperativo ao desenvolvimento das forças produtivas vinculado à forma histórica da reprodução material dessas sociedades. Ao contrário, como conjecturam Graeber e Wengrow (2022, p.311), é bem possível que essas comunidades que viveram na região do crescente fértil ao longo da revolução neolítica preferissem gastar mais tempo com as práticas sociais que julgavam importantes e que não estavam intimamente vinculadas com a produção material, como jogos e rituais, do que em despender todo o tempo disponível a fim de ampliar sua produção material.

Ellen Wood (1995) apresenta um excelente argumento para explicar de que modo esse desenvolvimento das forças produtivas foi possível no interior de formas sociais de reprodução que, ao contrário da forma capitalista, não possuíam nenhum imperativo necessário para o aumento incessante da produtividade do trabalho. Segundo a autora:

Uma vez que um avanço ocorra, raramente será completamente perdido, e a regressão é excepcional no longo prazo. Se este for o caso, ainda é possível caracterizar esses desenvolvimentos como evolutivos e ‘direcionais’ (não teleológicos), no sentido de que há uma tendência progressiva geral (Wood, 1995, p.128, tradução nossa).

Em outras palavras, ainda que diversas sociedades, no curso da história, não tenham demonstrado um ímpeto sempre presente para desenvolver as forças produtivas e nem sempre tenham adotado, de forma imediata, todas as inovações disponíveis para aumentar a produtividade do trabalho, a incorporação gradual de algumas dessas inovações e o fato de que métodos de produção menos eficientes foram muito raramente empregados resultaram, após um

período de tempo bastante longo, no efeito cumulativo do desenvolvimento da produtividade social do trabalho.

Que tenha havido um desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história humana, disso não resulta que esse desenvolvimento seja o princípio motor do processo histórico (Wood, 1995, p.128). Ademais, o reconhecimento de que a produtividade do trabalho também se desenvolveu nos períodos históricos pré-capitalistas não evidencia qualquer papel explicativo que esse desenvolvimento possa conferir à dinâmica da história. É crucial, ainda, demonstrar, sem que se incorra na armadilha de se adotar uma interpretação tecnológico-determinista, qual o papel explicativo que o incremento da produtividade do trabalho desempenha na concepção materialista da história. A abordagem proposta por Andrew Levine (1984) apresenta uma possível solução para essa questão.

Segundo a perspectiva assumida por Levine (1984) da concepção materialista da história, o nível de desenvolvimento das forças produtivas deve ser considerado como um delimitador do conjunto das relações de produção possíveis (Levine, 1984, p.194); desse modo, a concepção materialista da história é “uma teoria das relações de produção possíveis; uma descrição do que pode ser colocado na agenda histórica, tendo em vista o nível de desenvolvimento das forças produtivas” (Levine, 1984, p.194, tradução nossa).

Sendo assim, diferentes níveis de desenvolvimento da produtividade do trabalho estabelecem diferentes conjuntos de relações de produção possíveis. Contudo, qual, dentre essas relações possíveis, será aquela que irá preponderar em um contexto histórico específico dependerá de determinações que não podem ser explicadas apenas a partir dos níveis atingidos pelo progresso das forças de produção, destacando-se, dentre essas determinações, a luta entre classes.

Até um dado momento do processo histórico, as forças produtivas se encontravam em um estágio de desenvolvimento tão limitado que todo, ou quase todo, o produto resultante das atividades produtivas era de uma grandeza suficiente apenas para atender às necessidades cuja não satisfação levaria os seres humanos, e, portanto, a própria sociedade, à aniquilação. Em outras palavras, ao longo de uma considerável extensão da história humana não havia um excedente regular do produto do trabalho. Assim sendo, durante esse período da história, relações de produção constituídas pela exploração do trabalho de uma classe pela outra eram uma impossibilidade:

Se o trabalhador necessita de todo seu tempo para produzir os meios de subsistência necessários ao seu próprio sustento e o de sua descendência, não lhe sobra tempo algum para trabalhar gratuitamente para um terceiro. Sem um certo grau de produtividade do trabalho não haverá esse tempo disponível para o trabalhador; sem esse tempo excedente, não haverá mais-trabalho e, por conseguinte, nenhum capitalista, tampouco senhor de escravos, barão feudal, numa palavra, nenhuma classe de grandes proprietário (Marx, 2017a, p.580).

Deste modo, somente com o lento desenvolvimento das forças produtivas, no interior de muitas sociedades e ao longo de uma extensão de tempo realmente grande, é que se tornou possível que o produto do trabalho ultrapassasse o estritamente necessário para atender às necessidades fisiológicas dos produtores, possibilitando, dessa forma, o surgimento de uma clivagem da sociedade em classes econômicas.

A constituição histórica de relações de produção assentadas na exploração do excedente do trabalho dos servos ou dos escravos somente se tornou possível, patentemente, por meio da produção regular de um excedente, o que supõe, por sua vez, um elevado progresso da produtividade do trabalho ao longo do curso da história humana. Quando se considera as condições materiais de possibilidade para a constituição das relações de produção capitalistas, o volume do excedente tem de ser ainda maior do que o volume requerido para que as relações

feudais ou escravistas fossem possíveis, pois as primeiras supõem uma divisão social do trabalho bem mais diversificada que as demais; por conseguinte, as condições materiais de possibilidade da forma capitalista da reprodução social somente se constituíram por meio do desenvolvimento da produtividade do trabalho que se efetuou, também, no interior de formas históricas da reprodução social assentadas na exploração do trabalho dos produtores imediatos.

Por fim, a possibilidade do socialismo somente se efetiva com o desenvolvimento das forças produtivas que se concretiza no interior da forma histórica do capital:

Como fanático da valorização do valor, o capitalista força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção e, conseqüentemente, a um desenvolvimento das forças produtivas sociais e à criação de *condições materiais de produção que constituem as únicas bases reais possíveis de uma forma superior de sociedade*, cujo princípio fundamental seja o pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo (Marx, 2017a, p.580, grifo nosso).

Porém, se por um lado o desenvolvimento gradual das forças produtivas, ao longo do processo histórico, explica como as relações de produção pré-capitalistas que se assentavam na exploração do trabalho dos produtores e as próprias relações capitalistas se tornaram *possíveis*, por outro esse desenvolvimento das condições materiais da existência social não explica *como* ou *de que modo* essas relações se constituíram. Nas explicações que Marx tece acerca do surgimento das relações de produção capitalistas, por exemplo, a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção cumpre um papel de destaque (Marx, 2017a, p.786). Essa dissociação se concretizou por meio de uma sequência de eventos, dentre os quais se destaca a expulsão violenta dos camponeses de suas terras, um processo que teve significativa participação do poder do Estado (Marx, 2017a, p.796).

O nível de desenvolvimento das forças produtivas pode explicar a razão pela qual as relações de produção capitalistas se tornaram um *resultado possível* dessa sequência de eventos, mas a compreensão dos processos que *converteram essa possibilidade em uma efetividade* depende de uma investigação das particularidades do contexto histórico no interior do qual esses processos transcorreram.

O mesmo se sucede na consideração das relações de produção assentadas na propriedade comum dos meios de produção: é apenas por meio do desenvolvimento das forças produtivas, no interior da forma histórica do capital, que essas relações se tornam possíveis; contudo, essa *possibilidade* somente pode se converter em uma *efetividade* por meio de uma agência social revolucionária.

Considerações finais

O presente texto discorreu acerca do papel explicativo das forças produtivas para o processo histórico segundo a teoria de Marx. Conforme se procurou apresentar, as interpretações, denominadas de tecnológico-deterministas, que predominaram sobre a referida teoria, ao longo do século XX, e que ainda se encontram presente em menor grau, foram as de que, para ela, o desenvolvimento das forças de produção seria o fator central para entender a dinâmica da história humana. Apesar de existirem trechos da obra de Marx que podem conduzir a esse tipo de abordagem, as interpretações tecnológico-deterministas conduzem a inconsistências, tanto em relação a outros escritos do filósofo alemão quanto em relação à conformidade dessas interpretações com o processo histórico efetivo.

Contudo, que o desenvolvimento das forças produtivas, no interior da teoria de Marx, não possa ser considerado como o único elemento explicativo fundamental do processo histórico, disso não se deve concluir que aquele desenvolvimento não tenha nenhuma importância elucidativa para essa concepção teórica, conforme os próprios textos do filósofo alemão demonstram.

Conforme se procurou evidenciar, ao interpretar o papel explicativo das forças de produção para a dinâmica da história como o de limitar o conjunto de relações de produção possíveis, consegue-se, dessa forma, manter uma importância explicativa para as forças de produção e seu desenvolvimento, sem que, com isso, sejam negligenciadas outras determinações que, para Marx, têm grande relevância explicativa no processo histórico, como a luta entre classes.

Desde a morte de Marx, a concepção materialista da história foi constantemente descaracterizada, mesmo por autores que se autodeclaravam seus adeptos, às vezes de modo involuntário, devido à disseminação de interpretações que visavam popularizar a referida teoria, noutras de modo intencional, como resultado de sua conversão em instrumento ideológico de Estados que afirmavam basear-se nela. Essa desvirtuação da concepção materialista da história contribuiu para sua relativa desestima nas ciências humanas e debates políticos e acadêmicos. A reconsideração da concepção materialista da história, principalmente por meio de um reestudo dos textos do próprio Marx, possibilita uma apreensão das determinações fundamentais dessa concepção teórica e a eliminação das desvirtuações que ela sofreu ao longo do último século. Mediante uma reanálise, a teoria desenvolvida por Marx pode enriquecer a compreensão do processo histórico à luz das constantes descobertas promovidas pela arqueologia e historiografia. É nisso que consiste, segundo nossa compreensão, a importância das questões que permearam o presente texto.

Referências

- COHEN, Gerald Allan. *A Teoria da História de Karl Marx – Uma Defesa*. Tradução: Angela Lazagna. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LEVINE, Andrew. *Arguing for Socialism – Theoretical Considerations*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- LLOBERA, Josep. Techno-economic determinism and the work of Marx on pre capitalist societies. *Man*, v.14, n.02, p.249-270, 1979.
- MARX, Karl. [Carta enviada]. Destinatário: redação da Otechestvenye Zapiski. Londres, novembro de 1877. Disponível em: ENGELS Friedrich & MARX, Karl. *Luta de Classes na Rússia*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução: Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Tradução: Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital – Livro I*. Tradução: Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, Karl. *O Capital – Livro II*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. *O Capital – Livro III*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- WEEKS, John. *Capital and Exploitation*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- WENGROW, David & GRAEBER, David. *O Despertar de Tudo*. Tradução: Claudio Marcondes e Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy Against Capitalism – Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University press, 1995.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Lutiero Cardoso Esswein. Lutieroess@gmail.com